

# BRASIL, CANADÁ E A INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS DE GÊNERO A PARTIR DA PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM

## BRAZIL, CANADA AND THE INTEGRATION OF GENDER POLITICS FROM THE BEIJING PLATFORM FOR ACTION

*Cynthia Mara Miranda<sup>1</sup>*

*Submetido em 18 de setembro, aprovado em 27 de outubro de 2012.*

**Resumo:** A integração das políticas de gênero no Estado, ou *gender main streaming*, é uma inovação da gestão pública, resultado de uma intensa mobilização dos movimentos feministas e da Organização das Nações Unidas – ONU em diversos países do mundo. A fim de compreender o ponto de vista das feministas sobre a integração das políticas de gênero no período atual, este artigo realiza um estudo comparado, dando destaque ao Brasil e ao Canadá. A partir da discussão sobre as respostas dadas pelos governos brasileiro e canadense às demandas das mulheres, o artigo apresenta os desafios atuais para que a busca da igualdade entre os gêneros se traduzam em práticas efetivas postas em ação pelo Estado com vistas a mudar o *status* das mulheres nos referidos países.

**Palavras-chave:** Brasil, Canadá, movimentos feministas, Estado.

**Abstract:** The integration of gender integration in the State, or “gender main streaming”, is a public management innovation, which comes from an intense mobilization of feminist movements, as well as from the United Nations-UN, in several countries in the world. In order to understand the current feminist point of view about the integration of gender policies, this work conducts a comparative study, giving emphasis to Brazil and Canada. From the discussion about the answers given by the Brazilian and Canadian governments, related to the women’s demands, this article aims to present the current challenges so that the search for gender equalities becomes effective practices put into action by the State, with an aim to change the status of the women in the these countries.

**Keywords:** Brazil, Canada, feminist movements, State.

Em diversas culturas, as mulheres têm vivenciado, ao longo de suas vidas, um papel coadjuvante, seja na história, na política, seja na economia. Não é incomum que, em pleno século XXI, muitas delas ainda enfrentem discriminações construídas a partir da definição de papéis sociais diferenciados para cada sexo. A construção cultural do sexo feminino como “inferior” modelou e influenciou a forma como as mulheres têm sido desigualmente inseridas em diversas sociedades.

As diferenças de gênero são construídas de forma hierárquica: a construção social do ser mulher tem menor *status* que a construção social do ser homem. Essa desigualdade tem sido perpetuada a partir das relações de gênero que têm se dado em diversos âmbitos da vida das mulheres, seja na criação dos filhos, na instituição da heterossexualidade, na violência masculina, seja na predominância de aspectos patriarcais na esfera pública e privada. Valores sociais instituídos histórica e culturalmente colocaram a mulher como ser inferior e o patriarcalismo, desde os seus primórdios, ofereceu algumas ferramentas analíticas para a construção da desigualdade de gênero.

O patriarcalismo foi apenas um dos caminhos adotados para explicar a desigualdade entre os gêneros. Pensar a construção da desigualdade de gênero implica pensar em uma multiplicidade de elementos que corroboram para a sua construção. Diversas autoras (BEAUVOIR, 1967; SCOTT, 1995; MACHADO, 2000) enfatizam a necessidade de ir além de uma análise patriarcal para compreender a forma como a desigualdade entre os gêneros tem sido construída ao longo dos séculos. Diversos estudos têm apontado a necessidade de analisar a desigualdade entre os gêneros a partir da compreensão das “relações de gênero” como determinantes dos papéis diferenciados que homens e mulheres assumiram na sociedade.

A desigualdade nunca foi aceita passivamente pelas mulheres, como bem ressaltou Perrot (1988) ao discutir a exclusão das mulheres da história em sua obra *Os Excluídos da História*. Mulheres têm se organizado em diferentes momentos da história como na Revolução Francesa, na luta dos proletários, operários e em greves para engrossar o coro de reivindicações que, muitas vezes, trazia benefícios para ambos os sexos.

As mulheres passam a se organizar em movimentos de mulheres mais direcionados às suas necessidades enquanto mulheres em meio às lutas liberais burguesas do século XVIII. Desde então, movimentos de mulheres e movimentos

feministas têm levantado pautas de reivindicação em diferentes âmbitos das sociedades e estados para romper com o cenário da desigualdade entre os gêneros.

Diante da força e organização desses movimentos, as reivindicações das mulheres ganharam uma dimensão internacional que foi capaz de sensibilizar a Organização das Nações Unidas – ONU – em meados da década de 70 para promoção de um debate amplo visando a elaboração de estratégias para avançar na igualdade entre os gêneros no mundo. Tais estratégias passaram a ser conhecidas e definidas pela ONU a partir de 1995 como *gender main streaming*, o que equivale denominar como integração das políticas de gênero no Estado. O conceito de *gender mains treaming* foi proposto pela primeira vez em 1985 na Terceira Conferência Mundial da Mulher em Nairobe, porém formalmente apresentado em 1995 na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Pequim no ano de 1995 representou um importante marco para pensar as políticas, programas e legislações dos governos com o recorte de gênero. Apesar da existência de um debate anterior que buscava, de alguma forma, revisar o tema da igualdade, é na Conferência de Pequim que esse processo se ampliou, na medida em que, além de se falar nas mulheres, adota-se um conceito de gênero.

O conceito de gênero cunhado na conferência de Pequim deu ênfase às relações entre mulheres e homens partindo de uma perspectiva social, cultural e histórica, levando em conta os papéis socialmente atribuídos a cada um dos gêneros na sociedade, no trabalho, na política, na família, nas instituições e em todos os aspectos das relações humanas.

O presente artigo discute o quadro atual da integração das políticas de gênero no Brasil e no Canadá após a construção da Plataforma de Ação de Pequim, o que se dará a partir do ponto de vista das feministas.

### **Brasil e Canadá em perspectiva comparada: uma análise da integração de gênero no Estado**

Brasil e Canadá são signatários da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, assumiram oficialmente o compromisso de combater a desigualdade entre os gêneros a partir das estratégias estabelecidas pela Plataforma de Pequim. Apesar do compromisso assumido perante a ONU, a desigualdade entre os gêneros configura-se como um problema social das referidas sociedades. Embora se tenha avançado em algumas consideradas críticas pela plataforma para a garantia dos

direitos a todas as mulheres, como é o caso da educação e saúde, o desafio de eliminar a desigualdade de gênero está presente.

Mesmo que as mulheres canadenses e brasileiras tenham chegado ao século XXI mais empoderadas e ocupando cada vez mais espaços na sociedade, nas universidades e no mercado de trabalho, a ocupação desses espaços não foi suficiente para eliminar a desigualdade entre os gêneros. Brasileiras e canadenses continuam com uma baixa representação nos cargos de decisão e na política, bem como são as principais vítimas da violência doméstica, recebem salários desiguais para desempenhar as mesmas funções que os homens no mercado de trabalho e são as mais atingidas pela pobreza.

Brasil e Canadá, assim como outros países do mundo, não conseguiram eliminar a desigualdade entre os gêneros, é o que aponta a pesquisa do *Global Gender Gap Index* – GGGI – (2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011) realizada pelo Fórum Mundial Econômico. A pesquisa que é realizada desde 2006 investiga a disparidade entre os gêneros a partir da avaliação de quatro áreas: participação e oportunidade econômica, nível de escolaridade, saúde e sobrevivência e empoderamento político.

A edição atual da pesquisa (2011) mostra que, apesar de o Brasil ter subido três posições nos últimos três anos (ocupa atualmente a 82ª posição) e o Canadá duas nos últimos dois anos (ocupa atualmente a 18ª posição), áreas como oportunidade econômica e emponderamento político são as que continuam exigindo mais atenção dos respectivos governos com vistas à redução da desigualdade entre os gêneros.

Apesar de ainda não ter concretizado o projeto da igualdade entre os gêneros, o Canadá encontra-se em um patamar de desenvolvimento econômico e social mais elevado que o Brasil, detém a 6ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2011), enquanto o Brasil ocupa a 84ª colocação. Tal patamar de desenvolvimento humano permite ao governo canadense garantir mais ações para melhorar a qualidade de vida da população de modo geral. Ainda que o Canadá ocupe uma posição mais privilegiada do que o Brasil em termos de garantia de direitos para a população, ambos os países enfrentam desafios para inserir as mulheres, em toda a sua diversidade, na sociedade, no mercado e na política.

Para fazer um enfrentamento à desigualdade entre os gêneros, Brasil e Canadá criaram Organismos de Políticas para as Mulheres – OPMs para a promo-

ção das políticas de gênero. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a *Status Women Canadá* (SWC) são organismos do governo federal, com *status* de ministério, responsáveis por estabelecer políticas para as mulheres e remover barreiras que impedem a igualdade de gênero.

No Brasil, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada em 2003, no primeiro dia do governo do presidente Luis Inácio da Silva-Lula do Partido dos Trabalhadores. O governo, por meio da criação da SPM, reconheceu a necessidade de produção de políticas públicas específicas, coordenando e incentivando ações nos órgãos governamentais, com vistas à transversalidade de gênero. Entre as principais políticas e ações desenvolvidas pela SPM, destacam-se o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I e II), o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres I e II são planos de governo que buscam orientar a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas, reconhecendo e enfrentando as desigualdades entre homens e mulheres, negros e negras, no contexto do projeto político de gestão governamental. O primeiro plano foi resultado da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada em 2004 e o segundo resultou da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Estruturados em áreas estratégicas de atuação como autonomia e igualdade no mundo do trabalho, o processo de elaboração dos planos contou com a participação de representantes dos poderes executivos estaduais e municipais, diversos ministérios e secretarias especiais, além de organizações de mulheres e feministas de todas as regiões brasileiras.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça objetiva promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas e instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.

O programa é um desdobramento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens, tendo em vista que a garantia da autonomia econômica das mulheres é uma das condições fundamentais para a transformação das condições de desigualdade vivenciada pelas mulheres e que são resultantes das inter-relações entre desigualdade social, de gênero e racial.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher lançado em agosto de 2007 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva consiste num acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional.

A *Status Women Canadá*, desde a sua criação em 1971, busca desenvolver iniciativas com o intuito de promover a participação plena das mulheres na economia e na vida social e democrática do Canadá. Entre os principais programas e ações que a SWC desenvolve atualmente podemos destacar o *Women's Program* e a Análise Baseada em Gênero.

O *Women's Program* oferece financiamento para projetos específicos a serem executados no período máximo de 36 meses e que se destinem a trabalhar pela participação e igualdade das mulheres na sociedade canadense. As organizações e atividades elegíveis são determinadas pelos termos e condições estabelecidos pelo programa.

Entre as ações temáticas prioritárias para orientação dos projetos, destacam-se as que buscam: (a) aumentar o envolvimento de mulheres como tomadoras de decisão nas organizações de base comunitária, (b) envolver os jovens na prevenção da violência contra mulheres e meninas, especialmente aquelas em comunidades remotas, aborígenes e imigrantes e (c) melhorar as oportunidades financeiras e a prosperidade das mulheres.

A Análise Baseada em Gênero – *Gender-based Analysis* (GBA) é uma ferramenta para auxiliar a integração sistemática das questões de gênero nos processos de planejamento de políticas e de tomada de decisão do governo canadense. Corresponde a uma compreensão mais ampla da igualdade de gênero e usa diversas competências e habilidades para envolver homens e mulheres na construção da sociedade e os prepara para o futuro.

A GBA é o processo liderado pela SWC para examinar uma política/programa/iniciativa e os seus impactos sobre a vida das mulheres e dos homens em toda a sua diversidade. Ela busca captar a forma como mulheres e homens são afetados por um problema particular.

As políticas e programas acima descritos demonstram a materialização do compromisso assumido pelos governos brasileiro e canadense com a integração

de políticas de gênero no Estado. A existência desses OPMs sinaliza uma possibilidade real de mudança no *status* social, político e econômico das mulheres na medida em que suas ações estão articuladas com outras instituições do governo em um trabalho contínuo de parcerias que objetivam lançar um olhar de gênero sobre as políticas e programas para perceber os impactos diferenciados que elas exercem na vida de homens e mulheres (CHAPPELL, 2002).

### **Olhares feministas sobre a integração de gênero no Brasil e no Canadá**

Para compreender o contexto atual do *gender main streaming* nos Estados brasileiro e canadense, há que se levar em consideração as relações que são construídas entre governo federal e movimentos feministas, pois os movimentos feministas são considerados ativos importantes para o desenho das políticas de igualdade. Os movimentos feministas têm se organizado em uma diversidade de frentes de atuação com o objetivo de desenvolver estratégias de ação e mobilização que sejam capazes de influenciar na redução da desigualdade entre os gêneros em diferentes partes do mundo (PINTO, 2003).

Para compreender como as feministas avaliam atualmente a integração das políticas de gênero nos respectivos países, daremos destaque a duas redes feministas, a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB criada em 1994, no Brasil, e a *Canadian Feminist Alliance* – FAFIA criada em 1999, no Canadá. É importante ressaltar que a escolha da FAFIA e da AMB como representantes legítimas dos movimentos feministas se deve ao fato de elas agregarem uma série de características tais como: abrangência em todo território nacional, defesa de uma ampla gama de temáticas de ação e o agrupamento de uma diversidade de movimentos e organizações feministas.

AMB e FAFIA emergem em decorrência da Conferência e da Plataforma de Ação de Pequim, momento paradigmático que instituiu uma nova forma de pensar as políticas e programas dos governos, levando em consideração as questões de gênero. Tendo em vista o objetivo de se avaliar o contexto atual da integração das políticas de gênero no Estado, leva-se em consideração o ponto de vista das feministas e, para isso, foram entrevistadas militantes da FAFIA e da AMB. As representantes da AMB entrevistadas foram Silvia Camurça, membro da Coordenação Nacional; Schuma Schumacher, membro da Secretaria Executiva e Kauara Ferreira, assistente da organização não governamental Centro Feminis-

ta de Estudos e Assessoria – CFEMEA, organização membro da AMB. Bonnie Diamond, ex-diretora executiva da FAFIA; Bárbara Cameron, membro do Conselho Administrativo e Julie Lal onde, gerente de projetos, foram as militantes da FAFIA entrevistadas.

## **Brasil**

No que tange à relação da AMB com o governo brasileiro, pode-se afirmar que o governo Lula (2003-2010) foi responsável pelo estreitamento do diálogo entre a sociedade civil e o Estado, diálogo esse que tem sido mantido, entre as oportunidades políticas e constrangimentos à atuação dos movimentos feministas, no governo da presidenta Dilma Rousseff. A abertura desse diálogo foi possível graças a uma nova conjuntura política, resultado da condução do governo brasileiro por um partido de esquerda historicamente reconhecido pela aproximação com as classes populares e os movimentos sociais, o Partido dos Trabalhadores. Schuma Schumacher (informação verbal) destaca como a relação entre a AMB e o governo tem sido construída:

Nos primeiros sete anos da SPM do governo Lula, a AMB teve uma atuação muito presente na SPM através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A AMB fez parte das duas comissões organizadoras da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Quando foi preciso aplaudir, aplaudimos. O que a gente mais fez foi levar propostas e reivindicar. Mas, quando foi preciso criticar, nós também o fizemos, obviamente sempre de maneira respeitosa, mas também bastante contundente. Então eu diria que foi uma relação muito saudável. Mantivemos os nossos princípios. Mantivemos a nossa autonomia e fomos uma articulação que contribuiu muito.

Schumacher apresenta uma característica importante da relação das feministas com o Estado em momentos em que as oportunidades políticas estão mais propícias ao acesso às instituições, que é a capacidade de manter a autonomia mesmo em um momento favorável a parcerias com o Estado. Ainda que o resultado desse diálogo não gere os resultados que as feministas da AMB almejam, ele tem sido importante para impedir retrocessos e tem contribuído para a construção de novos projetos e parcerias em prol da igualdade entre os gêneros.

Com relação às formas pelas quais a AMB dialoga e negocia a integração das políticas de gênero com o governo federal, Camurça (informação verbal)<sup>2</sup> enfatiza que, além de ter um papel de movimento conselheiro no governo, a AMB tem outras atuações:

Em alguns momentos, apresentamos demandas de audiências, negociamos pautas e apresentamos metas. Em alguns momentos, tivemos uma interlocução em audiências específicas, em todas as atividades do Conselho e, às vezes, quando o Conselho organiza comissões temáticas, grupos de trabalho, em geral a AMB tem participado.

A SPM, desde a sua criação, tem sido um espaço aberto a críticas e ao diálogo e tem oferecido apoio às ONGs feministas através do financiamento de projetos em diferentes áreas, como combate à violência contra a mulher, o empoderamento político e econômico das mulheres e no apoio de eventos realizados por diferentes organizações de mulheres pelo país.

A avaliação das ações do governo para a integração de gênero no estado é uma preocupação permanente da AMB, seja em seus eventos de capacitação das militantes, seja em suas publicações. Apesar das várias conquistas alcançadas pelas mulheres brasileiras no governo do PT, a articulação reconhece que o governo precisa garantir os direitos das mulheres de uma forma mais ampla. Em primeiro lugar, no que diz respeito à implementação de acordos e plataformas internacionais que favoreçam os direitos das mulheres, posto que, nesse sentido, o governo assumiu compromisso oficialmente. Porém, ainda existe uma contradição entre o discurso e a prática adotada pelo governo brasileiro. Para Schumacher:

os governos do Brasil, porque foram vários e em diferentes momentos, acabam tendo uma posição muito avançada perante outros países do mundo na hora da negociação dos acordos internacionais propostos em diferentes Conferências das Nações Unidas. O Brasil até se coloca com certo papel de liderança na luta para tentar incorporar a reivindicação, a expectativa da sociedade. Mas é impressionante porque participa, tem posição avançada, mas, na hora de implementar, nós infelizmente acabamos não tão contempladas assim. Eu acho que a Plataforma de Pequim teve alguns momentos

importantes no Brasil logo depois da conferência. Por exemplo, quando você pensa que o Ministério da Educação cria os chamados temas transversais na educação, ele cria os temas transversais muito pressionados pela Plataforma de Pequim que dizia que a educação deveria ser uma educação não discriminatória, não sexista. É um dos capítulos da plataforma. E aí vai ter a questão de gênero, da diversidade cultural etc., dentro desses temas transversais. Eu acho que a questão da violência também foi bastante impulsionada pela plataforma, mas eu sinto que outras áreas foram esquecidas. E quando o Brasil inaugura com o governo Lula as conferências nacionais de políticas para as mulheres, acaba que o foco da Plataforma de Pequim é deslocado para o plano nacional de política para as mulheres.

Como é possível notar, a Plataforma de Pequim, assim como outras plataformas e documentos produzidos nessas conferências, tem dificuldade de aplicação no Brasil e, por isso, tem sido cada vez mais necessário indagar sobre a razão de os governos assumirem o compromisso com a igualdade entre os gêneros nesses espaços internacionais, de criarem organismos de políticas de igualdade, mas, ao mesmo tempo, não destinarem recursos necessários à implementação das estratégias adotadas.

Apesar da distorção notada entre compromisso do governo e sua prática, Kauara Ferreira (informação verbal)<sup>3</sup> faz uma reflexão sobre os avanços em termos de ações governamentais que são um resultado de compromissos assumidos internacionalmente:

Nos últimos 5 anos, tivemos um avanço em termos de políticas públicas, porque agora temos um documento no qual todos os ministérios estão comprometidos com tais e tais coisas. Essa estratégia vem de Pequim, vem da mobilização feminista, vem da cobrança, vem do novo governo Lula, que inaugurou o ciclo de conferências e a conferência das mulheres foi uma das conferências que tirou encaminhamentos para as políticas públicas, mas se esbarram em obstáculos. A estratégia até funciona, mas ela enfrenta muitos obstáculos resultantes de uma cultura patriarcal, uma cultura de que isso é coisa específica de mulher, então não funciona, mas a gente pode dar um pouquinho de políticas específicas para elas que elas vão ficar satisfeitas.

É uma compreensão ainda muito limitada do que é avançar em igualdade de gênero. Apesar das estratégias terem contribuído para avançar alguma coisa, ainda tem essa visão muito predominante na cabeça das pessoas e de quem está lá nos diversos níveis de governo, quem está na ponta executando também, às vezes, não consegue processar isso, não consegue se convencer disso, que na verdade o importante é que a igualdade de gênero seja pensada em conjunto, que a igualdade de gênero não seja pensada só numa política, ela tem que ser pensada num conjunto de ações do governo como um todo.

O balanço geral das políticas públicas para a igualdade nos dois governos de Lula realizado pela AMB aponta que:

a concepção de política para mulheres voltada ao enfrentamento das desigualdades foi minoritária entre os agentes governamentais que atuaram em sua implementação, boa parte deles sem qualquer perspectiva feminista do debate. Houve uma disputa sobre o que é fazer política para mulheres. (...) Durante os dois mandatos do presidente Lula, a gestão pública conviveu com diferentes formas de relação do Estado com as mulheres, gerando espaços contraditórios entre as velhas e novas formas de conferir lugar às mulheres na política pública. Constatamos que a implementação real de políticas para mulheres, nessa correlação de forças adversas, teve um limitado poder de democratização do Estado. Em nome das políticas para mulheres, setores conservadores promoveram um renascimento do “primeiro damismo” e das políticas para as “mulheres carentes”, que supostamente apenas têm carências e nunca direitos. (...) Nesses oito anos, a decisão de implementar políticas para mulheres, adotada em 2003, enfrentou forças políticas antifeministas e antidemocráticas, que influenciaram substantivamente as prioridades, a direção e a velocidade de implementação dessas políticas (AMB, 2011, p. 21).

Várias críticas a respeito das políticas de igualdade foram feitas pela AMB na gestão do presidente Lula. Entre as principais críticas, destacam-se as que estão relacionadas ao orçamento insuficiente dessas políticas, a estrutura e poder dados

à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a dificuldade de transversalizar as questões de gênero em todas as instâncias governamentais.

No que diz respeito ao balanço das políticas implementadas no primeiro ano do governo da presidenta Dilma, as feministas da AMB avaliam que o caráter contraditório se mantém: prioridade para o enfrentamento à pobreza, manutenção da política econômica – que agrava a concentração de riqueza – fortalecimento da política pública desenvolvimentista – que gera mais injustiça social e agrava a crise ambiental (AMB, 2011, p. 67). Tais prioridades não impulsionam a redução da desigualdade entre os gêneros e exigem uma atuação mais intensa dos movimentos feministas para evitar retrocessos nas conquistas das mulheres brasileiras.

## Canadá

Em dezembro de 2010, a FAFIA elaborou, em parceria com o *Canadian Labour Congress*, um relatório de avaliação dos 15 anos da Plataforma de Pequim<sup>4</sup>, no qual aponta uma forte queda no apoio institucional e político por parte do governo canadense à promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres e meninas durante o período de 2004 a 2009, época em que o país foi governado por Stephen Harper, Primeiro Ministro e membro do Partido Conservador. Entre as críticas apresentadas pelo relatório destacam-se:

- A eliminação das palavras “igualdade de gênero” do mandato da principal instituição responsável pela igualdade de gênero no Canadá: a *Status of Women - SWC*;
- O fechamento de doze dos dezesseis escritórios estaduais da condição das mulheres, sob justificativa que as questões das mulheres e dos homens não precisam ser separadas;
- A realocação de fundos das organizações que apoiam a defesa dos direitos humanos das mulheres para organizações que prestam apenas serviços na linha de frente.

Para Bonnie Diamond (informação verbal)<sup>5</sup>, cada uma dessas críticas apontadas pelo relatório da FAFIA teve consequências negativas tanto para a organização dos movimentos feministas canadenses, quanto para eliminação da desigualdade entre os gêneros no período atual.

Estávamos habituadas a fazer pesquisas com orçamento vindo da *Status Women Canada*, mas eles disseram “não para pesquisa”, o governo não irá financiar pesquisa, não irá financiar nenhum tipo de *advocacy*. Isso, que em si é ruim o suficiente, porque, antes de tudo, você não pode avançar se você não conhece o estado real, todo bom projeto deve ser baseado em um tipo de pesquisa, onde você realmente conhece a comunidade que você está tentando programas de ajuda.

A ausência da expressão *igualdade de gênero* do mandato do governo e da SWC apontada pela FAFIA e por diferentes autoras feministas canadenses como Stienstra (2003), Jeson (2009), Haussman & Rankin (2010) evidencia que o objetivo da retórica adotada pelo governo é “dizer” para a população e para o mundo que a igualdade entre os gêneros foi alcançada no Canadá. Tal postura do governo sugere que a realização de cortes nos financiamentos de projetos na área de *advocacy* e pesquisa empreendidos por organizações feministas busca enfraquecer a atuação dessas na sociedade canadense.

A gerente de projetos da FAFIA, Julie Lalonde (informação verbal)<sup>6</sup>, pontua que governos que antecederam o de Stephen Harper, do Partido Conservador, como o governo de Chretien e Martin, ambos do Partido Liberal, acreditavam que deviam financiar organizações não governamentais, pois, na democracia, todos devem ter o direito de expressar suas opiniões. Pelo ponto de vista de Lalonde, silenciar os movimentos sociais e “maquiar” os problemas vivenciados pelas mulheres canadenses torna a relação dos movimentos sociais com o governo conflituosa, o que tem causado retrocessos nas estratégias de integração de gênero no estado conquistadas pelas mulheres canadenses. Lalonde destaca que:

Muitas vezes, acho que estamos sendo manipulados para parecer que o Canadá está fazendo melhor do que ele realmente está fazendo. Porque, quando nós nos encontramos com organizações de mulheres, quando nos encontrarmos com as mulheres, observamos que existem problemas que as afetam diariamente. É desanimador ver como o Canadá tem uma imagem tão bonita lá fora, queremos manter essa reputação, mas queremos que a reputação seja real, nós não queremos que seja uma mentira, por isso é difícil passar essa mensagem para as pessoas e fazê-las compreender que as coisas não estão indo bem aqui em tudo, porque não é isso que as pessoas veem.

A existência de OPMs no Canadá, como em qualquer outro país, não representa necessariamente uma garantia no avanço das estratégias de integração de gênero no estado, apesar de sua existência ser essencial. O contexto político dominado por forças partidárias conservadoras sugere, a partir da visão interna das representantes da FAFIA, que o clima atual não tem sido favorável para a integração das políticas de gênero no Estado canadense.

Os mecanismos existentes que poderiam interferir em um desenho mais favorável ao desenvolvimento das estratégias de integração das políticas de gênero no Estado apresentam, para ex-diretora executiva da FAFIA, Diamond (2011), limitações:

Eles são muito dependentes da boa vontade dos políticos individuais e não há nenhum verdadeiro mecanismo estrutural que exija que o governo canadense preste atenção às necessidades das mulheres. Sim, existe a legislação internacional, sim há uma Carta de Direitos e Liberdades, e estamos muito felizes pela existência desses documentos que nos dão uma base para fazer nossas reivindicações. No entanto, infelizmente os instrumentos internacionais não são realmente acionáveis, não podemos levá-los ao tribunal de forma muito fácil, tudo que podemos fazer é esperar que o país seja envergonhado internacionalmente por não cumprir os acordos e garantias para as mulheres. Até dez anos atrás, isso significava algo, os governos canadenses realmente se importavam com a sua imagem perante o mundo.

O Canadá vive um momento hostil para a incidência feminista no Estado e, mesmo com as críticas nas arenas internacionais, sua postura em relação às políticas de igualdade não tem sido modificada. A desigualdade vivenciada pelas mulheres canadenses assume dimensões distintas, já que a desigualdade de gênero não afeta as mulheres de maneira uniforme, pois as mulheres não são igualmente desiguais perante os homens, algumas delas são mais desiguais que outras em decorrência da posição identitária que ocupam em uma determinada sociedade. Assim, se são imigrantes, refugiadas, indígenas, pobres ou mães solteiras, elas conseqüentemente enfrentarão mais obstáculos para ocupar os espaços públicos.

Barbara Cameron (informação verbal)<sup>7</sup> enfatiza a existência de muitas mulheres vivendo em situação precária no Canadá, especialmente indígenas e imigrantes que tentam viver com a assistência social:

O abandono por parte dos governos de um compromisso para garantir algum tipo de vida decente para as pessoas pobres tem um enorme impacto e que vai ser um enorme desafio nos próximos anos. Temos uma crescente disparidade em torno de linhas étnicas e raciais também. Se você olhar as mulheres que estão crescendo economicamente, tendem a ser mulheres brancas, quero dizer que há um monte de pobres mulheres brancas também, mas o fosso entre os salários entre as mulheres brancas e a mulheres de cor está crescendo.

Os níveis de pobreza e a falta de assistência social para as mulheres no Canadá têm sido apontados pelos relatórios sombra preparados pela FAFIA para as conferências da Organização das Nações Unidas, o que significa, ao mesmo, que a entidade tem buscado denunciar a realidade das mulheres canadenses e reivindicar mais políticas de assistência social ao governo canadense, tanto em nível provincial como federal.

Diamond (2011) aponta algumas razões que ela considera pontuais para o insucesso das estratégias de *gender main streaming* no governo federal:

[...] quando você pensa na maneira que o governo do Canadá é organizado, na formação média dos funcionários públicos, é um grande trabalho em si, mas a nível oficial de política **não é**. Então você tenta avançar na discussão das questões de gênero em outras instâncias, o segundo escalão, a alta administração, até os ministérios, o que você pode ter falado nas instâncias inferiores, em termos do que as mulheres precisam para alcançar a igualdade; no momento em que se levanta a discussão nesses espaços é quase inexistente, não há compromisso. Então, eu nunca fui muito otimista sobre como a igualdade de gênero iria ser alcançada no Canadá, acho que na Conferência de Pequim achamos que era a coisa certa que estávamos fazendo, que soava muito, muito bem, mas quando você traz de volta para os países, existe uma enorme burocracia composta por pessoas que não mudaram os pontos de vista, que não acompanharam a evolução do *status* das mulheres.

Esse tipo de limitação descrito pela ex-diretora executiva da FAFIA mostra que existe, de fato, uma dificuldade em convencer os burocratas de que investir em políticas de igualdade é investir no desenvolvimento do país; os discursos e as práticas da desigualdade entre os gêneros estão enraizadas nas instituições. Para Diamond (2011), a falta de empenho do governo em colocar entre as prioridades de ação a integração das políticas de gênero no Estado tem causado retrocessos na busca da igualdade entre os gêneros, pois as atuais políticas de igualdade não respondem às demandas das mulheres e não reduzem a desigualdade entre os gêneros.

### **Considerações finais**

As enunciações feministas sobre as políticas de integração de gênero no Estado brasileiro e canadense apontam que, apesar dos graus variados de desenvolvimento econômico e humano, nenhum dos países estudados alcançou a igualdade entre os gêneros. Os problemas vivenciados pelas brasileiras e canadenses, embora em muitos momentos similares, apresentam características distintas nos dois países.

O acúmulo recente na elaboração das políticas de igualdade no Brasil se deve ao governo do presidente Lula que, segundo as feministas, inaugurou um novo momento para os direitos das mulheres no país com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

No Canadá, observa-se que as políticas de igualdade de gênero estão presentes no cenário social do país de forma mais vanguardista do que inaugural. A experiência acumulada durante décadas na elaboração das políticas de igualdade pelos vários governos canadenses é avaliada no período atual pelas feministas de forma negativa. Para as atrizes, houve um recuo no compromisso e nas ações que o Estado canadense costumava desenvolver nos anos 80 e 90 para avançar na igualdade entre os gêneros. Atualmente, o impacto das políticas na vida das mulheres foi reduzido e muitos dos problemas vivenciados por elas em decorrência da desigualdade permanecem.

Apesar da “Plataforma de Ação de Pequim” ter possibilitado a construção de um novo paradigma para pensar as políticas com o recorte de gênero, 16 (dezesseis) anos após sua elaboração, a plataforma não foi totalmente implementada pelo Brasil e pelo Canadá, pois muitos obstáculos têm impedido a sua efetivação

nos dias atuais. O direito das mulheres brasileiras e canadenses não tem sido plenamente garantido, tendo em vista que elas continuam invisibilizadas nos espaços de poder e decisão e ainda convivem com intensas desigualdades econômicas.

## NOTAS

- \* Doutora em Ciências Sociais pela UnB e Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins no curso de Jornalismo. Os dados apresentados no artigo são resultado da pesquisa de campo no Canadá realizada com o apoio do governo canadense por meio de seleção para o programa de bolsas de estudos Líderes Emergentes nas Américas, para o qual a pesquisadora foi selecionada. Durante o período de dezembro de 2010 a março de 2011 fui pesquisadora visitante da Escola de Estudos Canadenses na Universidade de Carleton em Ottawa, capital do Canadá. [cynthiamara@uft.edu.br](mailto:cynthiamara@uft.edu.br)
- <sup>1</sup> SCHUMAHER, Shuma. Membro da Secretaria Executiva da AMB. 3 maio de 2011. Entrevista concedida por telefone.
- <sup>2</sup> CAMURÇA, Silvia. 16 jun. Brasília, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa na Câmara dos Deputados no "I Seminário Internacional da Procuradoria da Mulher" da Câmara dos Deputados.
- <sup>3</sup> FERREIRA, Kauara. Assistente da área técnica e de articulação política da CFEMEA. 16 maio de 2011. Brasília, DF. Entrevista concedida na sede do CFEMEA.
- <sup>4</sup> Reality Check: Women in Canadá and the Beijing Declaration and Platform for Action Fifteen Year On, a canadian civil society response. Coordinated by the Canadian Labour Congress and Fafia, Ottawa, decemberof2010.
- <sup>5</sup> DIAMOND Bonnie. Ex-diretora executiva da Fafia. 10 mar. de 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa (tradução nossa).
- <sup>6</sup> LALONDE Julie. Gerente de projetos da Fafia. 16 fev. de 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa (tradução nossa).
- <sup>7</sup> CAMERON, Bárbara. Membro do Conselho Administrativo da Fafia. 10 fev. de 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa (tradução nossa).

## REFERÊNCIAS

AMB. *Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente*. Secretária Executiva da AMB - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – Brasília: CFEMEA, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: II a experiência vivida*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

CHAPPELL, Louise A. *Gendering Government: Feminist Engagement with the State in Austrália and Canadá*. Vancouver, Toronto: UBC Press, 2002.

HAUSMANN, Ricardo; TYSON, Laura D.; ZAHIDI, Saadia. *The Global Gender Gap Report 2011*. World Economic Fórum, 2011.

HAUSSMAN, Melissa; RANKIN, L. Pauline. Framing the Harper Government: Gender-Neutral Electoral Appeals while being Gender-Negative in Caucus. In: MASLOVE, Allan M. (org). *How Ottawa Spends 2009-2010: Economic Upheaval and Political Dysfunction*. Ottawa: Carleton University, 2010, p. 241-262.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo? In: *Série Antropologia* n. 284. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2000, p. 1-19.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Pequim, China, 1995.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre: v. 2, n. 20, p.71-99, Jul/Dez, 1995.

STIENSTRA, Debora. Gendered Dissonance: Feminists, FAFIA, and Canadian Foreign Policy. In: SJOLANDER, C. T., Heather A. Smith, H. A. and Stienstra, Deborah (org), *Feminist Perspectives on Canadian Foreign Policy*. New York: Oxford University Press, 2003. p.198-215.